



» Entrevista | CAMILO SANTANA | MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Ex-governador aposta na fórmula consagrada no Ceará para transformar, junto com estados e municípios, o ensino no país

“Educação só se constrói com diálogo e cooperação”

» ANA DUBEUX
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ROSANA HESSEL
» MAYARA SOUTO

O ministro da Educação, Camilo Santana, tem como meta nos próximos quatro anos reestruturar o ministério e melhorar a qualidade do ensino no país. Para isso, a estratégia do engenheiro e ex-governador do Ceará é baseada em um tripé: a alfabetização, a escola em tempo integral e a conectividade.

Nesses eixos, uma série de ações estão sendo desenhadas como melhorar a qualificação dos professores, regular os cursos superiores no formato EAD (Ensino à Distância), aumentar a alfabetização de crianças até o 2º ano do Fundamental, oferecer internet em todas as escolas públicas do país, entre outras.

Como foi o seu encontro com o presidente Lula, no início da semana?

Foi a primeira vez que tive a oportunidade de despachar com ele após a cirurgia presencialmente. Atualizei-o com alguns números em relação a alguns programas importantes que já lançamos — inclusive, escola de tempo integral, que fechamos no dia 15, os números da pactuação dos estados e municípios. Estamos muito otimistas, porque 100% dos estados participaram e mais de 95% dos municípios brasileiros pactuaram. A nossa meta era chegar a 1 milhão de novas matrículas pactuadas neste ano e já estamos próximos disso. Mas o objetivo maior da reunião foi apresentar a proposta do programa — ainda não temos o nome definido —, de apoio estudantil para os alunos do ensino médio brasileiro. Isso depende muito das questões orçamentárias. Então, por isso que estava presente o chefe da Casa Civil, o ministro da Fazenda. Ficamos com algumas tarefas a fazer, mas a gente quer imediatamente, ainda este ano, assim que retomar as atividades, poder lançar esse programa ou mandar o projeto de lei para o Congresso.

O senhor completou um pouco mais de nove meses à frente do ministério. E a opinião pública sabe que a Educação foi uma das áreas extremamente penalizadas, não apenas pelo governo anterior, mas por outros fatores, como, por exemplo, a pandemia. Como o senhor encontrou a Educação, o que foi possível fazer até aqui e o que ainda falta fazer em termos de urgência?

Eu nunca gosto muito de falar do passado. Mas não posso negar que fiquei impressionado com o nível de desmonte que fizeram do ministério nos últimos anos, em todos os aspectos: informação, equipes, projetos, programas, diálogo... O papel do ministério é de coordenar a política nacional. Vamos falar da educação básica, por exemplo. Quem executa a educação básica não é o ministério. São os estados e municípios. O papel do MEC é coordenar a política, integrar os entes federados. E tudo isso só se constrói com diálogo, com cooperação. Eu digo isso porque, pela minha experiência como ex-governador, não houve o menor diálogo (no governo anterior). Ao contrário. Eu tive, muitas vezes, que entrar na Justiça para receber os recursos que o MEC devia ao estado

Um dos pontos fundamentais nesse processo é a formação de professores. “A licenciatura não pode ser 100% a distância. Tem que ter uma parte presencial”, afirma o ministro, em entrevista concedida ao Correio em seu gabinete, no 9º andar do Bloco L, na Esplanada dos Ministérios. Segundo servidores da pasta, a sala está bem mais clara do que antes, pois uma película escura que cobria as janelas foi retirada. A luz voltou ao MEC.

Camilo Santana está entre os ministros mais bem avaliados do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Evita falar sobre as próximas eleições gerais. Garante que seu objetivo é deixar uma marca como chefe da pasta que ele considera “a mais importante do país”. A seguir os principais trechos da entrevista do ministro ao Correio.

do Ceará. E olha que o Ceará é um estado de referência da Educação, imagine os outros.

Por que essa falta de diálogo foi tão grave?

O aspecto federativo precisa prevalecer em um país onde se respeita a democracia. É a relação institucional entre os entes, independentemente da linha política, ideológica a que pertencam. O que está em jogo, repito, é a qualidade da educação na ponta, das crianças, dos jovens. Então, o que nós procuramos fazer, nesses quase 10 meses, foi restabelecer essa relação de diálogo com os entes federados, com os entes que representam professores, entidades de classe, prefeitos, governadores.

O que foi feito, na prática?

Restabelecemos o Fórum Nacional da Educação como mecanismo de debate na sociedade. Retomamos algumas políticas importantes, e programas importantes. A alimentação escolar, por exemplo, não tinha reajuste há seis anos. O Conselho, agora Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, nem se reunia mais. Tentamos restabelecer uma série de questões orçamentárias das universidades, dos institutos federais e das obras inacabadas. Enfim, estamos organizando um pouco.

E para os próximos meses?

Acredito muito que qualquer gestão precisa ter planejamento. Estamos concluindo, agora, o nosso planejamento estratégico para 2024 até 2027, o que nós queremos, quais são as nossas metas até o final de 2026. Precisamos ter isso muito claro, porque os resultados da educação não são imediatos. Ela é um processo. Então, ninguém faz gestão na educação de forma imediata. É com planejamento, com foco, com trabalho. E, a partir do momento em que a gente organiza um pouco esses programas e a estrutura do próprio MEC — do ponto de vista pessoal, ele tem uma estrutura que falta profissionais da carreira e falta concurso público para contratar pessoal. Então, abrimos concurso público, estamos reestruturando. Aqui, teve área que, quando saíram os cargos comissionados, só faltava fechar a porta.

O senhor mencionou a educação básica. Como o MEC atuou nessa fase do ensino?

Iniciamos o diálogo com a construção do que eu considero no programa mais importante,

Ed Alves/CB/DA.Press



Eu quero chegar ao final dos quatro anos melhorando os indicadores da educação do país, que são vergonhosos”

que é o da alfabetização das crianças: alfabetizar as crianças na idade certa, porque todas as evidências mostram que se uma criança não aprende a ler e escrever, isso compromete todo o ciclo escolar dela. Vai aumentando a evasão; vai aumentando a distorção idade-série; vai aumentando o abandono; vai aumentando a reprovação. Os estudos já mostraram que é preciso olhar para aquela criança naquele momento.

A origem de tudo está aí?

A origem de tudo. É na primeira infância, tanto que o Conselho criou um grupo de trabalho para construir um programa robusto na área da primeira infância. É quando o cérebro da criança está se formando, quando ela precisa ter estímulo, precisa se alimentar bem. Por isso que o Bolsa Família implementou os R\$ 150 para crianças com até 5 anos e 11 meses. Quando era governador do Ceará, eu implantei esse programa lá, que já dava um dos eixos do Programa da Primeira Infância. Ele entra no ensino fundamental, naqueles anos iniciais, que são fundamentais. É claro que não é um programa que venha de cima para baixo. Ele precisa ser construído com os municípios, estes, até porque, repito, são eles que executam.

Já se pode falar em resultados?

Vários estados já tomaram iniciativas em implementar programas de alfabetização. E esse foi um dos motivos que nos trouxeram aqui para o MEC, pelo resultado do Ceará, pelas políticas que foram implementadas. A nossa meta é transformar essa experiência em uma política nacional para todos os 26 estados e o DF. Fizemos uma pesquisa pelo Inep, com 250 alfabetizadores, para definir o que é uma criança alfabetizada ao final do segundo

ano do ensino fundamental. É para ter um parâmetro de partida, porque não tínhamos.

O que será feito com esses dados?

Vamos definir qual é o indicador do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que vai dizer se a criança está alfabetizada ao final do segundo ano. E, a partir daí, vamos medir anualmente, nos municípios e nos estados, para estabelecer os nossos resultados. A questão de material pedagógico, formação, apoio financeiro, governança. Vamos fazer a avaliação de fluência também, porque o Saeb, nós não podemos esperar a cada dois anos fazer uma avaliação. As avaliações precisam ser mais periódicas.

Em que estágio está esse programa?

Esse programa está implementado em 100% dos estados e quase 99% dos municípios já aderiram. Todos os coordenadores estaduais já foram escolhidos. São dois por estado. Estou sendo definidos agora todos os coordenadores regionais e municipais, porque quem define isso é o município. Há todo um processo que passa por capacitação e formação. Esse processo tem um comitê gestor e um comitê nacional, com o ministro e com os secretários estaduais, e, depois, teremos os comitês estaduais, com os governadores.

Como está sendo pensada a alfabetização para as populações ribeirinhas, originárias e comunidades que são mais afastadas?

Todas essas questões de inclusão estão sendo levadas em consideração pela coordenação do programa aqui no MEC. Vamos tratar desigualmente os desiguais, vamos dizer assim. Determinada escola vai receber mais recursos do que outras para melhorar determinada estrutura, porque um dos eixos do programa de alfabetização é garantir uma melhor infraestrutura na escola. Como posso exigir uma alfabetização de uma criança? Tem escola que não tem energia, tem escola que não tem banheiro.

Tem escola que não tem internet.

É um tripé: o primeiro é alfabetização, o segundo tempo integral e o terceiro é a conectividade. E isso tudo envolve

formação de professores, porque esse eixo, para mim, é um dos mais importantes. Se a gente for olhar o último Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), da formação inicial de professores licenciatura, todas as notas foram abaixo de 5, numa escala de 0 a 10. Em Pedagogia, por exemplo, 3,6. E 86% dos cursos de Pedagogia são EAD. E é esse professor que está indo para a sala de aula. Precisamos corrigir isso, não só a formação inicial, que é nas universidades, mas a formação continuada que o MEC precisa.

O que pretende o governo com a escola em tempo integral?

O compromisso do presidente Lula é compreender que a escola tempo integral tem melhores resultados, dá mais oportunidade para a criança e para o jovem, porque uma das nossas metas aqui é reduzir os índices de abandono e evasão escolar. Os alunos precisam sentir vontade de ir para escola. Precisam se sentir bem na escola, de uma escola acolhedora, criativa, que receba bem, uma escola que eles possam fazer um curso de informática... Por isso que a escola de tempo integral, além de acolher a criança, dar alimentação, também permite fazer uma prática esportiva e cultural, um reforço escolar, uma área de ciência e tecnologia... E a comunidade acadêmica é que define qual vai ser o perfil daquela escola. Para nós, esse segundo eixo tem um aspecto social. Para mim, é uma das maiores políticas de segurança, de prevenção à violência que um país pode ter é implantar a escola em tempo integral. A meninada fica o dia na escola, faz a refeição.

E para o ensino médio?

No ensino médio, nós estamos estimulando que essas matrículas em tempo integral sejam técnicas profissionalizantes. Nós fizemos a pesquisa da questão do Novo Ensino Médio, e 80% dos meninos e meninas que responderam querem educação técnico profissionalizante. Por mim, o grande ensino médio brasileiro era fazer o ensino técnico profissionalizante e agora, com essa nova política nacional de educação profissional, que foi aprovada agora no Congresso e que temos dois anos para implementar, as disciplinas do ensino técnico vão poder ser aproveitadas na graduação. É um estímulo para esse jovem sair do ensino

médio com uma formação. O primeiro ano do ensino médio é o momento com o maior nível de abandono. Então, por isso que a poupança, e a bolsa, também serão uma forma de estimular. Você tem que ter vários mecanismos para estimular.

Que tipo de estímulo?

Você tem que ter uma boa escola, uma boa estrutura, uma escola de tempo integral... Se você comparar o número de evasão, abandono e reprovação na escola de tempo integral com a escola regular, é impressionante. É quase nenhuma evasão, nenhum abandono na escola, resultados melhores no Ideb. Por isso, o foco é também para cumprir a meta do PNE, que prevê que até o final de 2024, o Brasil tenha 25% das matrículas da educação básica em tempo integral. Para alcançarmos essa meta, precisamos de 3,6 milhões de matrículas a mais. Por isso, a meta de 1 milhão de matrículas neste ano, mais 1 milhão no ano que vem, para alcançar a meta que era de 2014 para ser concluída em 2024, e vamos tentar fazer isso até 2026.

Falamos de alfabetização, falamos de tempo integral. E a terceira ponta do tripé?

E o terceiro eixo é a conectividade. Não é simplesmente levar uma internet para a escola, mas com fins pedagógicos. É usar a ferramenta tecnológica para aperfeiçoar a aprendizagem desse jovem e dessa criança, dentro de uma lógica da formação do professor, e dentro de uma lógica que considero fundamental, que se chama cidadania digital. É uma forma de aproveitar a tecnologia para aperfeiçoar a aprendizagem da criança e do jovem, melhorar a formação do professor e melhorar a gestão escolar. Queremos todas as escolas públicas conectadas até o final de 2026.

De quanto será o investimento?

Na primeira etapa, são R\$ 12 bilhões. Mas, na realidade, no PAC da Educação, serão R\$ 36,5 bilhões. Nessa primeira etapa, lançamos 50% das obras da educação básica. E o presidente vai lançar os investimentos na educação superior, nos institutos federais e universidades. E a segunda etapa será depois que os novos prefeitos forem eleitos.

Os institutos federais também receberão investimento?

Sem dúvida. Hoje, existe um compromisso de que 50% dos alunos dos institutos federais sejam em nível técnico, e a outra parte, sejam tecnológicos ou licenciaturas em nível superior. Nós estamos querendo, agora, que, pelo menos, 80% sejam nível técnico. Nós vamos apresentar uma meta de expansão dos campi de institutos federais. Nossa meta é fazer uma boa expansão, porque isso, além de aumentar a matrícula de ensino técnico profissionalizante, aproxima mais os centros da população dos municípios. Vamos pegar os vazios geográficos do país. Estamos já com esse mapa. E vamos, logo, lançar o edital, da mesma forma das obras de educação básica, para ampliar os institutos federais até o fim de 2026. Então, essa é a nossa meta.